



Clipping

Educação privada: lucros nota dez, respeito nota zero

Matéria recente do jornal Valor Econômico (22/04/2003) dá conta do crescimento recorde das escolas de ensino superior no Brasil. O faturamento das empresas de educação que investem neste nível de ensino foi de R\$ 1,7 bilhão em 2002. No mesmo ano, foram realizados investimentos em marketing da ordem de R\$ 28,6 milhões, segundo dados do Ibope Monitor, apresentados na matéria. O negócio é tão lucrativo que alguns apostam que as empresas lançarão ações na bolsa de valores, a exemplo do que já ocorre nos Estados Unidos.

Este é apenas um exemplo da enorme expansão da rede privada de ensino, não só no ensino superior, mas em todos os níveis de ensino, que se verificou nas últimas décadas, em especial no governo FHC.

A Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – **CONTEE** -, entidade que representa 65 sindicatos e federações de professores e demais trabalhadores da rede privada de ensino, vem denunciando sistematicamente a política privatista da educação nacional. A rede privada tem sido agraciada por generosos benefícios, como isenção fiscal, empréstimos, mas “retribui” cobrando altas mensalidades dos alunos e tratando mal os seus trabalhadores.

De norte a sul do país, as categorias que trabalham na rede privada de ensino encontram-se em campanha salarial, lutando pela melhoria das condições de trabalho e de salário. Em todos os Estados, a resposta tem sido a mesma: os patrões recusam-se a negociar e quando o fazem, arrocham os salários e insistem na eliminação de direitos coletivos.

Frente à dramática situação a que estão submetidos os professores e demais trabalhadores da rede privada de educação básica e de ensino superior, a CONTEE torna público o seu repúdio contra os donos de escola, cujos interesses passam à margem da qualidade de ensino.

CONTEE
Confederação dos Trabalhadores em
Estabelecimentos de Ensino
O SINPRO-ABC é filiado a CONTEE

Assédio moral

Uma violência contra o trabalhador

Qualquer situações de humilhação provocada por superiores no ambiente de trabalho é assédio moral! O termo é recente, mas as ações praticadas são bem antigas. São situações que acontecem com frequência causando, na vítima, sentimento de inferioridade, incapacidade e até mesmo culpa.

O assédio moral é uma violência porque pode causar no subordinado assediado problemas de saúde física e psíquica. Esse tipo de assédio, na maioria das vezes, pode acontecer sutilmente, como por exemplo, brincadeiras que desvalorizam e ridicularizam o profissional ou comentários que possam colocar em dúvida a capacidade profissional do subordinado; também pode acontecer através de atitudes mais visíveis, como agressão verbal, ameaça constante de demissão ou desvio de função para a qual o profissional foi contratado.

Mesmo sendo uma violência, o assédio moral não está previsto no Código Penal Brasileiro, o que impede que o agressor seja penalizado juridicamente. Segundo

Mardônio da Silva Girão, professor de Direito, existem algumas leis específicas de entes políticos que tratam desse tema, mas essas leis aplicam-se apenas a servidores públicos. “Já existe um projeto de lei sobre assédio moral no trabalho, esse projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação e aguarda para ser aprovado pelo Congresso Nacional, sendo aprovado pelo Congresso se tornará uma lei e então será possível penalizar o agressor”, explica o professor.

Mesmo não existindo uma lei que regulamente esse tipo de violência no trabalho, é importante a conscientização de que tais situações acontecem e que não podem ser aceitas. Muitos professores têm sido vítimas desse tipo de assédio e adoecem devido à pressão que sofrem por parte de muitas coordenações e direções. O importante é que a categoria esteja solidária e unida para combater essa forma de humilhação.

Exemplos citados por professores de identificação de assédio moral nas escolas

- Exigência de produção sem apoio para qualificação;
- Duplas mensagens - passam uma ordem e logo em seguida mudam;
- O professor(a) entrega um relatório e o coordenador diz, na presença de colegas, que está uma porcariá;
- “Convite” para reunião em dias não-letivos sem remuneração para o trabalho;
- Redução da carga horária sem autorização do professor;
- Discriminação devido a confessionalidade religiosa;
- Ser ignorado nas reuniões, não ter direito a voz;
- Ser tratado de maneira diferente em relação aos outros colegas;
- Ser avaliado pela direção na presença dos(as) alunos(as).

Uma história verídica sobre assédio moral

Em uma escola privada, localizada na cidade de São Bernardo do Campo, um professor sofreu por mais de 1 ano diversas situações de assédio moral. Ele conta que na escola onde trabalhava, era, por parte da coordenação, bastante valorizado e respeitado pelo trabalho que exercia. “Era um projeto que se destacava e tinha muita visibilidade e isso provocava ciúmes em algumas pessoas da escola, especialmente a psicopedagoga, que era uma pessoa difícil e com quem eu tinha uma relação conflituosa”, conta o professor.

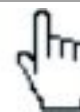
Passado algum tempo, o coordenador foi transferido para outra escola e a psicopedagoga assumiu a função de coordenação e passou a desprezar e dificultar o trabalho que ele realizava. A escola cortou o projeto e, aos poucos, ele foi sendo colocado de lado. O professor que era valorizado passou a ser ignorado como pessoa e como profissional. Apresentava projetos e não tinha retorno,

quando falava nas reuniões era ignorado, havia reunião entre coordenação e docentes e ele não era chamado. Essa situação fez com que ele fosse perdendo interesse pelo trabalho. Passou a ter insônias, irritabilidade e isso prejudicou a sua relação com os alunos, pois não sentia tranquilidade para trabalhar. Perdeu o bom humor. Para agravar o problema, ele revela que nesta escola, a palavra de qualquer pessoa era mais valorizada que a dos professores.

Passados 2 anos nessa situação, ele foi chamado na sala da coordenação para ser informado que seria demitido pois não estava correspondendo às necessidades da escola.

“Tenho 17 anos de profissão, dei aulas em diversas escolas da periferia, lugares até mesmo bastante perigosos, e nunca havia vivenciado esse tipo de situação humilhante e constrangedora”, desabafa.

Leia entrevista na página 03



Campanha Salarial/2003



Ensino Superior apresenta contraproposta

Na rodada de negociação ocorrida em 09/05, o sindicato patronal que representa o ensino Superior (SEMESP) apresentou uma proposta salarial com reajustes escalonados:

não dispõem de recursos imediatos para recompor integralmente os salários pela inflação. Assim, precisam de um tempo maior para que estes recursos sejam alocados.

estabelecimentos de ensino. O SEMESP ficou de avaliar o assunto e trará uma resposta na próxima negociação.

Na educação básica, a intransigência patronal continua!

- entre março e agosto/2003, os salários dos professores teriam um reajuste de 7,5%;
- entre setembro e dezembro de 2003, este percentual seria complementado, totalizando 11%.

O SEMESP também quer rediscutir alguns direitos coletivos como bolsas de estudo, prazo para pagamento dos salários, garantia semestral de salários, plano de saúde e recesso.

Não houve avanço algum na rodada de negociação ocorrida em 6 de maio com o SIEEESP, sindicato das escolas de educação básica. Os patrões rerepresentaram a primeira proposta de reajuste, já recusada pelas assembleias de todos os SINPROs: reajuste de 7% e complementados em fevereiro de 2004, totalizando 12%. Haveria, também, PRL de 12%. Não foi marcada nova reunião. Essa atitude dos donos de escola aumenta a possibilidade de um desfecho da campanha salarial deste ano na Justiça do Trabalho. O processo de dissídio já está tramitando e a primeira audiência deve ocorrer em breve.

- em janeiro/2004 este patamar seria elevado para 14,8%.

Os representantes do SINPRO-ABC e dos demais SINPROs filiados à FEPEP manifestaram na mesa de negociação que o escalonamento do reajuste salarial só poderá ser discutido seriamente pela categoria se, em contrapartida, os direitos coletivos forem renovados por dois anos, vigorando até fevereiro de 2005.

- em agosto de 2004, os salários seriam acrescidos de 1,05%.

Na opinião da Prof. Célia Regina Ferrari, presidente do SINPRO-ABC, um eventual parcelamento do índice de reajuste trará reflexos ainda no próximo ano, razão pela qual será necessário garantir um período de maior estabilidade nas relações entre professores e

A justificativa dos mantenedores é que a inflação acumulada no período de mar/02 a fev/03 (16,44%, segundo o DIEESE) superou as projeções feitas anteriormente e as instituições

Opinião

Armadilha da informalidade

"Entre o forte e o fraco é a liberdade que oprime e a lei que liberta"

A idéia fortemente difundida nas instituições de ensino de que para os amigos tudo vale, e aos inimigos, a lei, constituiu-se numa grande armadilha para os professores e professoras, isso por que, ao se mudar uma cultura interna dentro de uma empresa de educação, muitos ficam "perdidos" com a nova postura imposta.

qualquer tipo de ingenuidade, sob pena de termos os nossos direitos perdidos e minados por ações e acordos mal feitos em nome da "amizade" que muitos acreditam ter com o patrão.

capricho, desviando-se assim de sua finalidade, sendo repudiado pela ordem jurídica.

Existe, portanto a necessidade de se buscar, ainda que as relações sejam, também, de amizade, uma formalidade nas relações de trabalho (protocolando os pedidos e solicitações, informando e justificando por escrito uma ausência ou curso etc.).

Os trabalhadores, em educação no ABC Paulista, vêm sistematicamente sendo vítimas do assédio moral, formas de pressão e influência que impede a liberdade de expressão individual e o gozo pleno dos direitos.

A Constituição Federal, lei máxima do país, assegura, no artigo 1º, os princípios fundamentais que regem o estado democrático de Direito, sejam eles no inciso III - "a dignidade da pessoa humana"; e o inciso IV, que faz alusão aos "Valores Sociais do Trabalho".

Todas concessões e acordos internos devem ser devidamente registrados para que não haja mais à frente a perda dos direitos conquistados.

Esse assédio moral, muitas vezes decorre do mau uso do poder disciplinador do empregador.

Baseado nessa premissa, trabalhador e empregador ambos devem se pautar pelo respeito mútuo, sobretudo nas relações de trabalho, em face do caráter bilateral do contrato de trabalho que gera direitos e obrigações de ambas as partes, ressaltando que a força de trabalho é o mais valioso de todos os fatores de produção em uma sociedade.

Nas relações de força, o trabalhador isolado e acuado é um elo mais frágil, daí a necessidade de buscarmos força na mobilização coletiva, todos os grandes avanços e conquistas trabalhistas são oriundos de grandes mobilizações dos professores e professoras.

O poder disciplinar deriva do poder diretivo do empregador, e é conferido ao mesmo com o fito de alcançar uma boa organização do trabalho na empresa.

É o momento de buscarmos a força da unidade para manter as conquistas, e sobretudo momento de atenção e cautela diante de procedimentos não escritos, produzidos para "criar" e "fundamentar" situações.

Para isso é necessário disciplinar e banir todo e

O empregador tem o direito de impôr aos seus trabalhadores sanções disciplinares. Mas qualquer medida disciplinar deve ser condizente com o bom senso não podendo haver o extravasamento deste poder disciplinar, e tão pouco ser usado como arma de repressão, imputando atitudes não ocorridas. O seu exercício assim, não se justificaria, pois estaria sendo utilizado com fins persecutórios ou por mero

Por isso, não assine nada sem consultar o Jurídico do Sinpro-ABC, não faça acordos somente verbais e protocole sempre qualquer pedido feito.

EXPEDIENTE

O Professor - Boletim Informativo do SINPRO-ABC - Sindicato dos Professores do Grande ABC

• **Presidente:** Célia Regina Ferrari • **Diretor Responsável:** Oswaldo de Oliveira Santos Jr. • **Jornalista:** Gislene Madarazo Mtb 36.373 • **Diagramação e ilustração:** Israel Barbosa
 • **Tiragem:** 4000 exemplares • **Gráfica:** Diário Artes Gráficas

A publicação não se responsabiliza por matérias assinadas e declarações de terceiros.

Prof. Oswaldo de Oliveira Santos Jr. e Dra. Leonida Rosa da Silva

Assédio moral

Professora especialista em psicologia escolar fala sobre assédio moral

Por Claudia César

A Profa. Dra. Maria Amália Rangel de Carvalho Aranha é especialista em psicologia escolar, supervisora de estágio na Universidade Metodista de São Paulo, onde também leciona na disciplinas na área de Psicologia da Aprendizagem.

Na entrevista a seguir ela comenta sobre assédio moral nas escolas e a relação com estresse dos professores.

O Professor: O que é assédio moral?

Profa. Maria Amália: Uma série de fatores do ambiente ocupacional ou de trabalho que geram na pessoa que está sendo assediada um sentimento de humilhação. Pode ser uma bronca explícita ou aparecer de uma maneira discreta, como um olhar sutil. E se caracteriza principalmente por ser um processo contínuo e prolongado.

O Professor: Quais sintomas aparecem em uma pessoa que é assediada moralmente?

Profa. Maria Amália: Acredito que pode ocasionar diversos sintomas, desde sentimento de inferioridade, baixa auto-estima, desmotivação pelo trabalho, desinteresse, até insônia, fadiga, irritabilidade, entre outros. Essa situação vira um círculo vicioso porque com o assédio, a vítima, tendo desenvolvido um ou mais desses sintomas, perde a motivação para produzir, sente-se mal no ambiente de trabalho. Com o passar do tempo, acaba confirmando a expectativa dos outros e a pressão pode fazê-la abandonar o trabalho ou ela pode até mesmo ser demitida. Assim, seus problemas de saúde, sejam eles emocionais ou físicos, tendem a se agravar.

O Professor: O assédio moral acontece muito nas escolas?

Profa. Maria Amália: Acredito que sim, mas de uma maneira muito sutil porque escola envolve muitas pessoas, diferente de um escritório por exemplo, onde às vezes tem o chefe e duas ou três pessoas a mais na sala. Então, uma direção que quer impor o seu poder não vai fazer isso de maneira muito clara.

O Professor: Na sua opinião, o assédio moral, pode ser uma das principais causas do estresse de professores?

Profa. Maria Amália: Eu acho que o professor tem uma formação e uma preparação para trabalhar com uma escola que não existe. A escola não conseguiu acompanhar toda mudança social que vem acontecendo. A escola não evoluiu! É comum ouvir de alguns professores que “escola boa era a de antigamente” e eles citam isso comparando que os alunos de hoje não têm limite, não respeitam, etc. É um discurso que, na maioria das vezes, responsabiliza e culpa apenas o aluno. O que a gente observa que mudou, na relação interpessoal, seja pai e filho ou chefe e subordinado é que ninguém manda em mais ninguém, o que existe é uma relação de troca, de acordos e de conquistas. Muitos professores não sabem fazer isso porque eles ainda acham que se deve mandar e o aluno obedecer, mas isso não acontece mais. Na relação coordenação/professor é a mesma coisa. Essa maneira de pensar e exercer o poder deve ser revista nesse processo de hierarquia, porque as pessoas não estão mais nessa dinâmica de obedecer, principalmente na escola onde tudo é troca. Há um descompasso entre o que os professores esperam e o que acontece, entre a formação que eles têm e a realidade do cotidiano. Isso tudo leva ao estresse, não apenas o assédio em si, mas o fato do



Professora Maria Amália – especialista em Psicologia Escolar

professor vivenciar um ambiente diferente do que ele espera. Também, algo muito sério que acontece nas escolas é que muitas direções são omissas, se envolvem principalmente com questões burocráticas e deixam de realizar o seu trabalho que seria acompanhar e ouvir o professor.

O Professor: Qual seria sua sugestão para amenizar essa situação de estresse provocada por esses problemas que você apresentou?

Profa. Maria Amália: Criar espaços, dentro do cotidiano das escolas, que possam oferecer maior comunicação entre as pessoas, espaços para troca de experiências, desabafos, onde as pessoas possam falar e serem ouvidas, sem temor e com respeito. Existe um Horário de Trabalho Pedagógico - HTP, onde se fala mais de assuntos administrativos e burocráticos; são raras as escolas que aproveitam esse tempo para uma conversa franca, para poderem desabafar e colocarem suas opiniões. Eu entendo que esta também é uma maneira de desvalorização do trabalho dos professores, pois não ouvi-los significa dizer que não têm importância o que eles estão fazendo ou pensando...

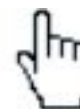
O Professor: Essa também pode ser uma maneira de combater o assédio moral nas escolas?

Profa. Maria Amália: Não digo combater, mas acredito que funcionaria como um trabalho preventivo. Criar vínculos de afeto entre as pessoas pode impedir o assédio moral pois se estabelece um vínculo de amizade e respeito. A profissão do professor é uma profissão basicamente de afeto. É uma profissão que envolve o cuidar do outro, por isso exige que a relação com o aluno seja carregada de afeto. Se o professor passa por essa situação de assédio esse afeto tende a diminuir, ele fica distante e suas ações ficam mecânicas, e aí o professor não ensina mais porque não existe aprendizagem sem afeto. Grande parte do problema educacional está nisso.

Dica:

O site www.assediomoral.org.br apresenta informações importantes sobre esse tema. Inclusive dicas de bibliografia. Vale a pena consultar!

Cotidiano



Carta enviada por professoras brasileiras que trabalham como babás em Nova York

O Brasil que sonhamos não passa apenas pela mente dos brasileiros que aí vivem, mas também pelos anseios daqueles que, em busca de melhores oportunidades, abandonaram suas profissões, suas convicções político-ideológicas, seus parentes e amigos, sua cultura e partiram para outros países, no afã de atingirem objetivos que aí nos pareciam muito distantes.

Nós, Kátia e Alessandra, somos duas dessas sonhadoras cuja história é a mesma de tantos imigrantes ilegais ou legais, que deixam sua terra natal, sonhando com um futuro mais tranquilo e mais justo. Professoras, graduadas em Ciências Sociais pela Fundação Santo André, ambas de Santo André, 31 anos, estamos vivendo em Nova York (USA) há seis anos.

Apesar do diploma universitário, estamos trabalhando como babás (babysitter), numa jornada de trabalho de aproximadamente doze horas diárias. Afirmamos que apesar de estafante, este trabalho nos proporciona uma boa qualidade de vida.

Quanto ao nível cultural dos brasileiros com quem convivemos, afirmamos que uma minoria está aqui neste país para desenvolver projetos educacionais. E, na maioria das vezes, o que os brasileiros aqui desejam é “fazer dinheiro” para futuros investimentos no Brasil, como comprar um imóvel, um carro ou mesmo montar um negócio. Ressaltamos que nos referimos aos brasileiros que vivem nesta região onde estamos (*Westchester County*), região metropolitana de Nova York.

A preocupação com os estudos praticamente inexistente, até mesmo o aprendizado do Inglês, que é vital para viver e comunicar-se neste país, não é levado a sério.

Ao contrário do que se pode imaginar, muitos brasileiros que aqui se encontram não concluíram o ensino médio, e grande parte deles é apenas semi-alfabetizados.

Concluindo, a história dos brasileiros que aqui vivem não é diferente da realidade brasileira com o qual se convive diariamente: baixo nível de escolaridade, acesso de poucos à Universidade, privilégios também para poucos. Ressaltamos ainda que é frustrante termos investido tanto tempo e dinheiro em nossa educação, e não podemos trabalhar em nossa área de formação. “Babysitter” não foi a profissão sonhada, mas foi a maneira que encontramos para sobreviver!

Manifestamos aqui um desejo e uma esperança, assim como milhões de brasileiros: que no governo Lula o quadro sócio-político e econômico do país apresente melhoras, para que muitos não tenham que buscar uma opção de sobrevivência no exterior. E para que nós, que estamos distantes do Brasil há tanto tempo, tenhamos a esperança de um breve retorno.

E para finalizar uma frase de Oswald de Andrade: “O Brasil é uma república federativa cheia de árvores e cheia de gente dizendo adeus”.

Mas nós vamos voltar!

Kátia C. Farina
Alessandra C. do Carmo

Reforma da Previdência

Começam os debates no Congresso e na sociedade

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva entregou pessoalmente, no dia 30/04, a proposta do governo para as reformas da Previdência e Tributária aos deputados e senadores. Em um rápido discurso, Lula destacou que o Congresso terá o tempo necessário para debatê-las, mas recomendou que a votação seja feita ainda este ano.

Mas as propostas já estão causando bastante polêmica. Na reforma da Previdência, por exemplo, os dois pontos que estão gerando conflitos são o valor do teto e a taxa dos inativos do setor público. A CUT já declarou que vai pressionar para alterar a proposta do governo.

Para a reforma da Previdência, a CUT defende uma Previdência Social pública num sistema único e universal e um teto de 20 salários, que cobre cerca de 95% dos trabalhadores da área privada e cerca de 90% dos da área pública. A central discorda da taxa dos inativos; não aceita a elevação de idade de forma linear e do tempo de contribuição (pois entende que isso acaba prejudicando o trabalhador mais pobre) e reclama que na proposta do governo não há garantias de que, no setor público, os aposentados terão reajuste de acordo com a inflação.

“Vamos nos mobilizar para que esses pontos da reforma não sejam aprovados”, afirma o presidente da Central, João Felício.

Todos devem participar

As reformas da previdência e tributária são apenas o começo de grandes discussões e negociações. Nelas, há grandes interesses em jogo e a participação da sociedade civil organizada é fundamental para fazer valer o atendimento de suas reivindicações.

Para entender todos os aspectos que envolvem as reformas, é importante que os professores e professoras participem das discussões que estão sendo promovidas pelos sindicatos, partidos políticos, igrejas e entidades do movimento popular, até porque muitos docentes da rede particular também são servidores públicos, setor em que haverá grandes mudanças com as reformas.

Logo mais, outras reformas também estarão em discussão: agrária, judiciária, política, e as reformas trabalhista e sindical, que irão tratar da liberdade e autonomia sindical e da reformulação do poder da Justiça do Trabalho.

Charge

Israel Barbosa



Poema

Mulher

No princípio eu era a Eva
Nascida para a felicidade de Adão
E meu paraíso tornou-se trevas
Porque ousei libertação
Mais tarde fui Maria
Meu pecado redimiria
Dando luz àquele que traria salvação
Mas isso não bastaria
Para eu encontrar perdão
Passei a ser Amélia
A mulher de verdade
Para a sociedade
Não tinha a menor vaidade
Mas sonhava com a igualdade
Muito tempo depois decidi
Não dá mais
Quero minha dignidade
Tenho meus ideais!
Hoje não sou só esposa ou filha
Sou pai, mãe, arrimo de família
Sou caminhoneira, taxista, piloto de avião
Policia feminina, operário em construção
Ao mundo peço licença
Para atuar onde quiser
Meu sobrenome é Competência
O meu nome é mulher

Márcia Shettini Garcia
Psicologia Junguiana

Ibope divulga pesquisa sobre as reformas

Pesquisa Ibope realizada de 1 a 4 de maio revela que os brasileiros querem reformas. Do total de entrevistados, 85% acham que as reformas propostas são muito importantes ou importantes e somente 5% as consideram pouco importantes ou nada importantes. Em relação à Reforma da Previdência:

- 78% são a favor e apenas 7% são contra;
- 78% aprovam a definição de um teto de R\$ 2.400,00 para as aposentadorias do serviço público e do INSS e somente 13% não aprovam;
- 59% aprovam a instituição da cobrança da contribuição previdenciária dos servidores inativos e 30% não aprovam;
- 53% concordam em reduzir o valor das pensões para até 70% do último salário do servidor público ou do militar;

- 50% aprovam a proposta de elevar a idade mínima para o servidor público obter a aposentadoria para 55 anos, no caso das mulheres, e 60 anos, no caso dos homens, e 43% não aprovam.

Em relação à reforma tributária:

- 68% são a favor e apenas 8% são contra;
 - 72% concordam em unificar a lei do ICMS em todo o País e reduzir o número de alíquotas desse imposto para 4, e 11% não concordam;
 - 62% aprovam a proposta de tornar a CPMF permanente com uma alíquota máxima de 0,38%, com previsão de reduzi-la gradativamente até 0,08%, e 21% não concordam.
- Foram entrevistadas 2 mil pessoas com mais de 16 anos em todo o Brasil. A margem de erro é de 2,2% para cima ou para baixo. (Fonte: Informacut)

seminário

**REFORMA DA
PREVIDÊNCIA**

No Plenarinho da Câmara Municipal de Santo André
Praça IV Centenário, 02
Santo André.

dia 31 de maio - Sábado - das 8h30mim às 12h30mim

**Presença confirmada de:
Rosane Maia - Diretora do DIEESE**

Realização:

